

Dívida de Santa Catarina equivale a 9% da receita

por Andréa Leonora
de Florianópolis

Desde que assumiu o governo em 2 de abril, Antônio Carlos Konder Reis (PPR), que substituiu Wilson Kleinubing (PFL), candidato ao Senado, não fez nenhuma nova dívida para Santa Catarina. Apesar disso, o sucessor do atual governo vai receber uma dívida de US\$ 1,4 bilhão, do qual US\$ 1,25 bilhão de dívida interna e o restante (US\$ 150 milhões) externa.

A previsão é da assessoria da Divisão da Dívida Pública, da Secretaria Estadual de Planejamento e Fazenda. O diretor de Administração Financeira, Guilherme Júlio da Silva, destacou, no entanto, que toda a dívida interna é herança deixada pelos governos anteriores, assim como boa parte da dívida externa. "De qualquer forma, o próximo governador vai receber o cofre com recursos suficientes para honrar essa dívida, dimensionada em 9% sobre a receita."

A única ação que Konder Reis autorizou nesse final de governo foi um concurso público para contratar 2.388 pessoas para a área da Saúde, entre nível superior, segundo e primeiro graus. Guilherme garante que essas contratações não vão causar nenhum impacto na folha de pagamento do estado, já que atualmente esses profissionais são contratados de forma temporária. "O que se pretende é regularizar essa situação." O diretor afirma ainda que o novo governo receberá as contas do estado em dia, bem como a folha de pagamento. Esta, no mês de maio, teve um peso de 88% sobre uma receita líquida disponível de US\$ 74 milhões (pelo dólar médio).

Segundo Guilherme, a folha de pagamento chegou a 110% no governo passado, o que levou ao endividamento do estado. "Tivemos que promover um arrocho salarial que atingiu todos os níveis, mas principalmente o primeiro escalão. Um secretário ganhava US\$ 4,5 mil no início do governo e agora seus vencimentos não passam de US\$ 1,5 mil", exemplifica. Da receita do estado saem ainda 7% para custeio, 9% para pagamento da dívida pública e 16% são destina-

dos a investimentos, principalmente nas áreas de Transportes, Saúde e Habitação. "A soma desses percentuais supera os 100%. O restante é pago pela receita financeira."

Todos os gastos do atual governo, segundo o diretor, são feitos com recursos próprios, provenientes da cobrança de taxas e impostos e do repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE). As operações de antecipação de receita e empréstimos não têm sido usadas, de acordo com Guilherme, mas ele não afasta essa possibilidade para o mês de junho. É que todas as contas do estado passaram a ser indexadas diariamente pela Unidade Real de Valor (URV) ao contrário do que ocorre com a principal fonte de receita, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), indexado apenas a partir do dia 25 de cada mês.

O governo municipal de Florianópolis, dirigido pelo único prefeito comunista do País, Sérgio Grando, também se bate no pagamento de dívidas do passado. Todos os meses saem cerca de 5% da receita mensal, o equivalente a US\$ 180 mil, para o pagamento de contas feitas pelas administrações anteriores. O objetivo agora é não assumir dívidas que não possam ser pagas nessa gestão, garante Mário Zimmermann, secretário municipal de Finanças. "Todos os investimentos que fizemos no ano passado já foram pagos e o mesmo deverá ocorrer neste ano", prevê.

Segundo o secretário, a pretensão inicial da prefeitura era investir 10% da receita anual, cerca de US\$ 6 milhões, em obras no município. O secretário de Planejamento, Romeu Daros, anunciou também financiamento que está sendo buscado junto à Caixa Econômica Federal, da ordem de US\$ 5 milhões, para saneamento básico, habitação, urbanização, principalmente das áreas carentes. "Estamos terminando o estudo da nossa capacidade de endividamento e as perspectivas não são muito boas. Talvez nem esse empréstimo possamos assumir. Esta seria a única conta para o nosso sucessor."